1 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

2 SOCIAL DE FRANCA – 21 DE FEVEREIRO DE 2013.

3 Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2013 às oito horas, na sede da 4 Secretaria de Ação Social, teve inicio à terceira reunião ordinária do Conselho 5 Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e 6 representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de 7 Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião 8 quinze (15) conselheiros sendo: cinco (5) do poder público e dez (10) da 9 sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares: Dalva Deodato 10 Taveira, Marcia Helena Vieira Pimenta, Daiane Michele Silva, Márcio Henrique 11 Silva Nalini, Carlos Donizete Moreira Mattos, Fernanda Barcelos Figueiredo 12 Salomão, Elisa Francisconi, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Cristiany de Castro, José Augusto C. Jacintho; 13 conselheiros suplentes: José Carlos Gomes, Mariseti Aparecida Alves; 14 15 conselheiros na titularidade: Clóves Plácido Barbosa, Anita Pereira Ferraz. 16 Com a seguinte pauta: Deliberação sobre a locação de imóvel para o 17 Cadastro Único; Discussão e resposta sobre a solicitação de cofinanciamento 18 de projeto – Jovem Aprendiz- Associação Assistencial Bom Samaritano; 19 Discussão sobre os encaminhamentos referente à Resolução Conjunta 20 CMAS/COMUTI (regulamentação do Artigo 35 da Lei 10.741); Reunião com Dr. 21 Ubiali – definir nova data (01/03 ou 05/04); Informe da Comissão de 22 Organização do Pleito CONSEAS - Assembleia dia 27/02 às 8.00; 23 Demonstrativo do Fundo Nacional - Recursos Transferidos ao Município; 24 Recanto Samaritano - Foi entregue a documentação solicitada; Temas para 25 capacitação (Profa. Israild). A presidente Tina iniciou a reunião apresentando as 26 justificativas de ausência dos conselheiros: José Fernando, Edilaine, Carmem, 27 Jane, Maria Ângela, André Luis e Raquel. Após, fez a leitura da pauta do dia e 28 solicitou a inclusão do informe sobre a reunião do Conselho de Segurança, no 29 qual ela participou no dia anterior. Anita também solicita que seja incluído na pauta um informe do Recanto Samaritano e a conselheira Dalva solicita a 30 31 inclusão do oficio da ESAC referente à alteração no Plano de Aplicação de 32 Recursos. Foi solicitada ainda a alteração na ordem da pauta, sendo o oficio da 33 ESAC, o primeiro assunto a ser tratado. A pauta foi aprovada com as inclusões 34 e alteração sugeridas. Em seguida a Secretaria Executiva realizou a leitura da

ata da reunião do dia 07 de fevereiro de 2013. Dalva solicitou a modificação na frase da linha 108, ficando o seguinte texto: "compete ao Órgão Gestor a organização e definição de valores para repasse à rede socioassistencial", sendo a ata aprovada com a correção indicada. Dando seguimento Tina passou ao primeiro assunto da pauta referente à solicitação da ESAC. Fernanda relatou que a entidade se mobilizou e conseguiu alugar um imóvel nas imediações da FACEF, porém, para o desenvolvimento das ações faz-se necessária a aquisição de equipamentos, mobiliários e eletrodomésticos, entretanto, no plano de aplicação do recurso foi previsto somente a utilização para custeio. Desta forma solicitam a alteração parcial da rubrica orçamentáriasubvenção para utilização na rubrica orçamentária - auxilio, no valor previsto de \$30.000,00. Tina observa que a solicitação não se refere à alteração no recurso financeiro, mas somente no plano de aplicação do mesmo e manifesta ser favorável a solicitação da Entidade, uma vez que entende ser necessária essa adequação para a execução das ações. Dalva informa que o Órgão Gestor também aprova a proposta, com a ressalva de que para a efetivação dessa alteração no Plano de Aplicação será necessária a observação dos trâmites administrativos junto aos Órgãos responsáveis da Prefeitura, após deliberação do Colegiado. A solicitação da ESAC foi aprovada pelos conselheiros com a recomendação do conselheiro Marcio de que esta deve ser regulamentada através de Resolução do CMAS. Dando prosseguimento à pauta passou-se a apresentação de oficio do Órgão Gestor para deliberação acerca da utilização do recurso IGD-M/PBF para locação de imóvel para o Serviço de Cadastro Único no valor estimado de \$5.000,00 (Cinco mil reais) mensais. A convidada Victalina solicita esclarecimentos com relação ao valor da locação afirmando considerá-lo muito alto. A conselheira Dalva esclareceu que este valor é estimado e relata que há uma dificuldade muito grande na disponibilidade de imóveis na cidade com a infraestrutura que atenda a necessidade do Serviço de Cadastro, assim como de outros serviços da Secretaria, citando o Centro Pop como exemplo. E ressaltou que o Serviço de Engenharia da Prefeitura é responsável pela vistoria e avaliação do imóvel, comparando com os valores de mercado. Informou que sendo aprovado pelo colegiado serão feitas negociações e o valor poderá ser reduzido, caso esteja fora do preço de mercado. Esclareceu que o Serviço de Cadastro foi instalado

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

provisoriamente na Secretaria de Ação Social e hoje o espaço não está adequado, sendo que atualmente mais de 21.000 famílias são cadastradas periodicamente comparecendo neste Serviço para atualização, acompanhamento da gestão, além dos usuários que buscam o Serviço para inclusão no Cadunico. Essa mudança é primordial para a melhoria do atendimento ás famílias bem como para os trabalhadores do Servico. Há que se considerar também que as instalações da Secretaria de Ação Social ficarão mais adequadas, uma vez que atualmente algumas equipes necessitam compartilhar salas, exemplificando o Conselho e a Equipe de Monitoramento. A presidente do Conselho posiciona-se favorável a solicitação do Orgão Gestor reforçando a importância da Prefeitura ter o cuidado na negociação e ajustamento ao valor de mercado. José Carlos também considera necessária essa mudança, enfatizando a garantia da melhor qualidade de atendimento á população. A proposta foi aprovada pelo colegiado por unanimidade. Passouse então ao próximo assunto sendo a discussão e resposta ao oficio de solicitação da Associação Assistencial Bom Samaritano, referente ao Projeto-Jovem Aprendiz. Tina informa que o referido Projeto foi enviado para o email de todos os conselheiros para análise, em seguida foi feita a leitura do oficio de solicitação ao CMAS. Esclarece que a solicitação é para a ampliação do Projeto denominado "Jovem aprendiz", que está sendo executado para 42 jovens de 14 a 18 anos, em parceria com a Prefeitura Municipal, através do Programa Primeira Chance. Ressalta que o Projeto não é inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social. A presidente disse que entende que a deliberação sobre um Projeto ou Serviço não inscrito no CMAS não poderá ser objeto de análise deste. Indicando que a solicitação de cofinanciamento deverá ser encaminhada ao Órgão Gestor da Assistência Social do Município, vez que é responsabilidade deste a definição de contratação e cofinanciamento de serviços socioassistenciais. Cristiany concorda com a manifestação da Tina. Marcio lembrou que a Entidade deve ser informada de que se houver interesse de inscrever esse serviço necessitarão observar o que está previsto na Resolução CNAS 16/2010. Os conselheiros deliberaram que o oficio de resposta á Associação Assistencial Bom Samaritano deve ser encaminhado nos termos sugeridos por Tina e Marcio. Dando prosseguimento passou a discussão para o encaminhamento sobre a Resolução Conjunta CMAS e

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

COMUTI, que regulamenta o artigo 35 da Lei 10.741. Marcio enfatiza que esta resolução já foi discutida e aprovada em reunião do Colegiado, porém não foi publicada, devido ter sido solicitado parecer do Ministério Publico e da Defensoria Publica, que não se manifestaram até o presente momento. Esclarece, porém, que não depende deste parecer para a sua publicação. Explica que o artigo 35 da lei 10.741, regulamentado pela Resolução CMAS nº 002/2013, estabelece o limite de 70% do beneficio recebido pelo idoso, para ser utilizado pelas Instituições de Longa Permanência. Esta resolução regulamenta ainda o contrato de prestação de serviços e a necessidade de prestação de contas, por meio de nota fiscal, ao CMAS. Cloves solicitou esclarecimentos sobre a prestação de contas e afirma não concordar que este Conselho tem esta responsabilidade. A conselheira Cristiany ressalta que essa Resolução Municipal reproduz quase na sua totalidade a Resolução Nacional do Idoso nº 012/2008, que trata dessa regulamentação a nível nacional. Após algumas considerações dos conselheiros definiu-se pela publicação imediata desta Resolução nº 02/2013. O próximo item da pauta foi a definição de nova data para a reunião com o Dr. Ubiali, visto que na data proposta pelo Conselho o deputado não terá disponibilidade, sendo sugerido os dias 01 de março e 05 de abril, ficando definida a data de 05 de abril, considerando a necessidade de tempo hábil para a preparação da reunião, bem como a programação já assumida pelo Conselho para a próxima semana, que poderá dificultar a participação dos conselheiros em outro evento. Foi enfatizada a importância de participação de todo o Colegiado. Apesar de não ter sido inserido em pauta, Cloves solicita a discussão de mais um assunto, informando que no ano passado, o Conselho Municipal enviou ofícios à Secretaria Municipal de Saúde apontando a importância da Política de Saúde, disponibilizar e estabelecer protocolos de concessão para a retirada dos materiais de procedimentos pelas Instituições de Longa Permanência. Relata que as Instituições encaminharam ofícios novamente, no inicio deste ano, apontando essa dificuldade na retirada dos materiais de procedimentos sem obter nenhuma resposta até o presente momento. Solicita que seja encaminhado outro oficio á Secretaria de Saúde reiterando àqueles encaminhados anteriormente. Dalva sugere anexar toda a documentação enviada fazendo a abertura de processo na Prefeitura, pois desta forma, fica garantida a manifestação oficial da Secretaria. Tina questiona

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

se este oficio não deveria ser encaminhado novamente pelas entidades ou até mesmo pelo conselho de saúde. Após manifestações dos conselheiros ficou deliberado que será encaminhado um novo oficio a Secretaria de Saúde, com cópia ao Conselho Municipal de Saúde. Prosseguindo, a presidente Tina sugere e solicita ao Órgão Gestor que sejam trazidas noticias sobre a Política de Assistência Social do Município, especialmente com relação aos encaminhamentos relacionados à População em Situação de Rua. Dalva esclarece que há uma orientação do Prefeito de que as informações devem ser transmitidas e divulgadas somente quando as questões já estiverem mais bem definidas. E relata que após o Seminário da População em Situação de Rua, foi constituída uma comissão intersetorial integrada pelas diversas Secretarias Municipais. Esta comissão está trabalhando na elaboração de proposta da Política para a População em Situação de Rua. As ações de responsabilidade de cada Secretaria já estão sendo delineadas, faltando apenas ser submetida à apreciação do Prefeito. Especificamente com relação a Secretaria de Ação Social, está em encaminhamento a instalação do Centro Pop, buscando cumprir o prazo estipulado até junho de 2013 para a referida instalação. Tina reforça que o pedido em questão está relacionado ao papel do Conselho, que é de acompanhamento da Política de Assistência Social. Passou-se em seguida ao informe da Comissão de Acompanhamento do Pleito Conseas que convida todos os conselheiros para participarem da Assembleia para orientação e eleição de candidatos, que será realizada no próximo dia 27 às 08 horas. O conselheiro Cloves afirma que não tentará reeleição, uma vez que seu mandado como suplente está vencendo e faz alguns apontamentos relacionados a eleição no Conseas, enfatizando a importância de levar também eleitores, sendo necessário fazer uma articulação para conseguir ser eleito no Conselho Estadual. Relata que o conseas assume as diárias dos candidatos eleitos, sendo mensais as reuniões. O próximo informe foi a apresentação do demonstrativo do MDS de repasse de Recursos de Execução Orçamentária e Financeira dos meses de Novembro e Dezembro/2012. Prosseguindo foi informada sobre a entrega do restante da documentação do Serviço de Acolhimento de Recanto Samaritano. A secretaria executiva ressalta que o serviço já está inscrito e aprovado pelo conselho, faltando apenas essa documentação que foi analisada pela conselheira Raquel que emitira um

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

relatório para anexar a pasta da instituição. O próximo informe destacou a necessidade de sugestões sobre os temas da capacitação da Profa Israild, uma vez que apenas uma proposta foi enviada pela conselheira Monica, sendo "Estimulação da participação dos usuários nos conselhos". Elisa sugere como tema: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos" e Tina sugere maiores discussões acerca do "Plano de Acompanhamento Familiar". Após, Anita informa que o Recanto Samaritano tem um projeto em parceria com o Institutito São Paulo denominado: "Fazendo minha historia". Este Projeto objetiva a reconstrução das historias por meio de fotografias e para tal precisam de um voluntário para cada criança e solicita que os conselheiros façam a divulgação, esclarecendo que o voluntario deve dispor de uma hora semanal, no horário que tiver disponibilidade. Haverá uma capacitação durante dois 2 dias para esses voluntários. Em seguida, José Carlos sugere que na próxima reunião seja colocada em pauta a discussão sobre a recomposição ou manutenção da Comissão de Acompanhamento do Pleito Eleitoral dos Prefeitos e Vereadores, sugerindo que esta seja responsável pela preparação do Encontro com dr. Ubiali. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e a ata lavrada pela secretaria executiva do CMAS.

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187